

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.504.382 - DF (2019/0138938-1)

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE** : EMPLAVI EVOLUCAO IMOBILIARIA LTDA  
**ADVOGADOS** : EVANDRO LUÍS CASTELLO BRANCO PERTENCE -  
DF011841  
EMANUEL CARDOSO PEREIRA E OUTRO(S) - DF018168  
AFONSO HENRIQUE ARANTES DE PAULA - DF022868  
MARINA ANTUNES LIMA - DF055700  
**AGRAVADO** : DISTRITO FEDERAL  
**PROCURADORES** : LUIZ FELIPE BULUS ALVES FERREIRA E OUTRO(S) -  
DF015229  
IRAN MACHADO NASCIMENTO

### DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto por Emplavi Evolução Imobiliária Ltda., com base no art. 105, III, "a" e "c", da CF/1988, em oposição a acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios ementado nos seguintes termos (e-STJ, fl. 342):

REEXAME NECESSÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. TRIBUTÁRIO. PRETENSÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICO-TRIBUTÁRIA C/C ANULATÓRIA DE LANÇAMENTO DE IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU. LOTEAMENTO RECENTE E NÃO INSERIDO NA PAUTA DE VALORES VENAIIS. EXISTÊNCIA DO FATO GERADOR DO IPTU. LEGITIMIDADE DO LANÇAMENTO. BASE DE CÁLCULO. VALOR VENAL CALCULADO POR ARBITRAMENTO.

1. A base de cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel, que pode ser definido por arbitramento observando os dados constantes do Cadastro Fiscal de Imóveis, quando o bem não constar da pauta de valores do Distrito Federal, como autoriza a legislação tributária local.
2. A previsão do imóvel na pauta de valores do ente tributante não é condição para o lançamento do IPTU, e a cobrança com base em valor venal obtido por arbitramento não ofende ao princípio da legalidade.
3. Remessa necessária e apelação providas.

Os embargos de declaração não foram providos.

Alega a agravante, nas razões do especial, ofensa ao art. 489, § 1º, do CPC, sob o fundamento de que o acórdão não se manifestou quanto ao enunciado 160 da Súmula do STJ.

Sustenta, ainda, violação ao art. 97, IV, do CTN, por entender que o princípio da legalidade não foi observado.

Por fim, aduz haver divergência jurisprudencial em torno da ilegalidade da cobrança de IPTU cuja base de cálculo não esteja prevista em lei.

# Superior Tribunal de Justiça

A negativa de admissibilidade teve por fundamento a inexistência de omissão no acórdão combatido, assim como a aplicação, na espécie, do enunciado 280 da Súmula do STF e, por fim, a ausência de comprovação, nos termos legais e regimentais, da divergência jurisprudencial suscitada.

Impugnados os fundamentos da decisão agravada, passo à análise do recurso especial.

Petição da parte recorrente, às e-STJ, fl. 810-877, alegando que a matéria é objeto de repercussão geral (Tema 211).

É o relatório.

Registro, desde logo, que não merece prosperar a tese de violação do art. 489, § 1º, do CPC, porquanto o aresto impugnado fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.

Sendo assim, não há que se falar em omissão, obscuridade ou contradição do aresto. O fato de o Tribunal *a quo* haver decidido a lide de forma contrária à defendida pela parte recorrente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ela propostos, não configura omissão nem outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

No aspecto:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE HÍBRIDA. ART. 48, "CAPUT", E § 3º DA LEI 8.213/91. ATIVIDADE RURAL E URBANA COMPROVADAS. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. CONCOMITANTE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE URBANA OU RURAL COM O IMPLEMENTO DO REQUISITO ETÁRIO. INEXIGIBILIDADE. REQUISITOS PREENCHIDOS. BENEFÍCIO DEVIDO.

1. Não se configura a ofensa ao art. 1022 do atual Código de Processo Civil, haja vista que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado. Com efeito, o acórdão recorrido foi claro ao decidir que é factível a aposentadoria por idade híbrida, possibilitando a contagem cumulativa do tempo de labor urbano e rural, para fins de aposentadoria por idade.

2. Extrai-se do acórdão vergastado que o entendimento do Tribunal de origem está em consonância com a orientação do STJ de que o tempo de serviço rural anterior ao advento da Lei 8.213/91 pode ser computado para fins da carência necessária à obtenção da aposentadoria híbrida por idade, ainda que não tenha sido efetivado o recolhimento das contribuições.

3. Outrossim, depreende-se do acórdão vergastado e das razões de Recurso Especial que o acolhimento da pretensão recursal demanda reexame do contexto fático-probatório, mormente para avaliar se foram preenchidos os requisitos para a concessão da aposentadoria por idade híbrida, o que não se admite ante o óbice da Súmula 7/STJ.

4. Recurso Especial parcialmente conhecido, com relação à preliminar de violação do art. 1.022 do CPC/2015, e, nessa parte, não provido.

(REsp 1.789.828/MS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 23/4/2019)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Quanto ao mais, o recurso não merece trânsito nesta Corte, pois o Tribunal de origem, ao decidir a controvérsia, assim o fez com suporte em dispositivos e princípios constitucionais. É o que se depreende da leitura dos seguintes trechos do acórdão recorrido (e-STJ, fl. 345):

De fato, o princípio da legalidade tributária determina que a lei estabeleça os elementos do imposto, mas não há a condicionante de se cobrar o IPTU somente após a inclusão do imóvel na pauta de valores, que considera o lançamento do IPTU por estimativa, motivo pelo qual não há qualquer vedação ao lançamento individualizado para os imóveis novos ou àqueles que, por alguma razão, não foram inseridos na pauta de valores.

Noutro giro, impende destacar que isentar o proprietário do pagamento do tributo pelo fato de o imóvel não constar do ato distrital ensejaria flagrante quebra de isonomia entre os contribuintes, pois alguns detentores de imóveis no Distrito Federal deixariam de recolher imposto, a despeito de idêntica situação jurídica, qual seja, serem proprietários de imóveis situados em área urbana. Consoante o art. 150, inc. II, da Constituição Federal, o fisco é proibido de instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente.

Caso não houvesse como tributar os proprietários de imóveis novos, a esses seria concedida uma espécie de isenção fiscal, o que não pode se admitir, pois as isenções devem ser veiculadas por lei.

Quando a controvérsia é solucionada com fundamento em princípios ou dispositivos constitucionais, o recurso especial é inviável, sob pena de usurpação da competência reservada pela Constituição Federal ao Supremo Tribunal Federal.

Confira-se:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. INCLUSÃO DE ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO IRPJ E DA CSLL. MATÉRIA DECIDIDA SOB ENFOQUE EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME, NA SEARA DO RECURSO ESPECIAL, SOB PENA DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STF. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão monocrática que julgara Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, trata-se de Mandado de Segurança, pretendendo provimento jurisdicional que impedisse a autoridade coatora de incluir o valor do ICMS na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, recolhidos no regime de lucro presumido.

III. O Tribunal de origem, ao decidir a controvérsia, afirmou que, "de acordo com a tese fixada pelo STF, a inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições, com base em qualquer lei, é indevida, já que representa apenas ingresso de caixa ou trânsito contábil a ser totalmente repassado ao fisco estadual".

IV. Muito embora a alegação do Recurso Especial seja de contrariedade a

# *Superior Tribunal de Justiça*

dispositivo infraconstitucional, o Tribunal de origem decidiu a controvérsia à luz de fundamentos eminentemente constitucionais. Nesse contexto, inviável a análise da questão, em sede de Recurso Especial, sob pena de usurpação da competência do STF. Em casos análogos, os seguintes precedentes desta Corte: AgInt no REsp 1.562.910/SC, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 28/06/2016; REsp 1.407.283/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/12/2015; AgRg no REsp 1.130.647/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe de 27/05/2014; AgRg no AREsp 145.316/BA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/04/2013; AgRg no AREsp 35.288/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/10/2011.

V. Não há falar em sobrestamento do recurso, em razão da afetação da matéria para julgamento na sistemática dos recursos repetitivos, se o presente Recurso Especial não ultrapassou os limites da admissibilidade. Com efeito, nestes casos, futura decisão de mérito, a ser proferida no recurso repetitivo mencionado, não teria, por razões óbvias, como produzir efeitos.

VI. Agravo interno improvido.

(AgInt nos EDcl no REsp 1.725.681/SC, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 26/3/2019)

Outrossim, o mesmo óbice aplicável ao recurso interposto com base na alínea "a" impede a análise do recurso especial interposto com base na alínea "c" do permissivo constitucional. Verifica-se:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NULIDADE. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. RECURSO ESPECIAL. DESCABIMENTO.

1. Conforme constou da decisão agravada, o acórdão recorrido resolveu plenamente a questão de direito, adotando fundamento constitucional para afastar a incidência das normas infraconstitucionais que a insurgente pretendia discutir. Omissão inexistente.

2. O acórdão que resolve a lide com fundamento eminentemente constitucional não pode ser objeto de recurso especial, por descabimento da via na hipótese. Tal inviabilidade ocorre tanto nos recursos arrimados na alínea "a" quanto na alínea "c" do art. 105, III, da Constituição Federal.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.323.184/PR, minha relatoria, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/5/2019, DJe 30/5/2019)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator

